



## **DIREITO, POLÍTICA E PODER – O BACHARELISMO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO DAS ELITES SERGIPANAS NO SÉCULO XIX (1840-1889)**

Arthur Ives Nunes da Mota Lima<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho é um dos desdobramentos de uma monografia acerca da constituição do judiciário em Sergipe. A proposta central aqui é a de abordar as condições sociais e políticas que orientaram a consolidação do título de bacharel em Direito no Estado sergipano enquanto instrumento de consagração e reprodução das elites locais, pois, considerado como importante trunfo, a titulação acadêmica contribuiu para a tomada de posições dirigentes na política oitocentista e significou um investimento simultâneo numa carreira profissional. O “bacharelismo” tornou-se a terminologia básica para atestar ao fenômeno social de uma maciça predominância de bacharéis em praticamente todas as instâncias burocráticas do Estado oitocentista sergipano. De maneira objetiva, a pretensão é a de realizar uma compreensão sócio histórica da formação da elite profissional jurídica na proporção em que seja paralelamente empreendida uma discussão em que se interponha as possíveis imbricações entre uma área profissional com a política, nesse caso, da titulação em Direito com o processo de nomeação a cargos dirigentes. Enfim, será possível a compreensão de uma breve uma gênese social da profissão jurídica em Sergipe, como também nos será permitida a evidenciação da formação e configuração das elites locais, tudo isso sem ignorar um importante condicionante histórico nestas formatações.

**Palavras-chave:** Direito. Política. Elite jurídica.

---

<sup>1</sup>Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS); e-mail para contato: [arthur\\_ives@hotmail.com](mailto:arthur_ives@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

A proposta central do presente artigo é a de examinar as condições sociais e políticas que viabilizaram a consolidação do título de bacharel em Direito enquanto importante trunfo para reprodução e conservação das elites sergipanas na segunda metade do século XIX. Isso infere em tratar mais objetivamente a uma construção sócio-histórica em que se preze à visualização, por um lado, das condições políticas oitocentistas em Sergipe que denotaram a diversificação das modalidades de conservação do poder político e econômico dos grupos dirigentes sergipanos, e por outro, em que se abarque a consolidação do uso da titulação acadêmica em Direito enquanto elemento/trunfo fundamental dessas diversificações de modalidades de conservação das elites locais.

Nessa perspectiva, de maneira ampla, o objetivo é o de destrinchar as dinâmicas de mobilização do poder por parte dos grupos de elite no final do século XIX, tendo por pressuposto uma matriz de visualização dessas dinâmicas no contexto institucional de pré-formatação republicana do judiciário sergipano, traduzidas mais especificamente num processo de uso político da titulação acadêmica, haja vista sua mobilização enquanto ferramenta de conservação do poder dos grupos dirigentes locais, fenômeno esse mormente compreendido pela literatura como “bacharelismo” (cuja definição deverá ser melhor trabalhada ao longo do texto).

Ou seja, a problemática levantada pode ser entendida mais objetivamente no que tange às interconexões possíveis de serem empreendidas entre uma esfera profissional (nesse caso o Direito) e espaços de poder do mundo social (tal qual a política). Para abarcar suficientemente a problemática aventada, torna-se imperativo atender a uma sequência lógica em que se coloque, preliminarmente, as condições políticas e sociais correlacionadas ao período recortado (1840-1889), buscando abarcar nesse mapa mais amplo as condições de exercício jurídico em Sergipe e no Brasil que evidenciam a formatação da elite jurídica sergipana para, secundariamente, dar seguimento à discussão a fim de se correlacionar as condições político-sociais previamente descritas ao quadro de mobilização da titulação acadêmica em face a um contexto de conservação de poder por parte dos grupos de elite em Sergipe. Essa sequência lógica demanda, necessariamente, a utilização do método sócio-histórico para viabilização das pretensões de análise aqui dispostas e também pressupõe o

exame de trajetórias biográficas que evidenciam de maneira fática as interconexões entre política e o Direito, nesse caso, as biografias de figuras como Guilherme de Souza Campos, Gumersindo Bessa e Homero de Oliveira, que podem ser compreendidas como principais representantes da primeira elite jurídica sergipana, serão, portanto, fundamentais para clarificar a disposição da problemática aqui lançada.

Dito isto, a justificativa de escolha deste tipo de temática está assentada num conjunto de considerações dos marcos teóricos baseados na sociologia das profissões e na sociologia das elites. A literatura mobilizada por essas duas vertentes põe como pano de fundo a questão atinente à composição estrutural do “poder”, pois como esclarece Saint-Martin em referência ao sociólogo alemão Norbert Elias, “o poder não é um amuleto que um possui e outro não. O poder é uma particularidade estrutural das relações humanas, de todas as relações humanas” (ELIAS apud SAINT-MARTIN, 2008, p. 59). Neste caso, é extremamente válido debruçar-se a esses modos como o elemento do “poder” é ou não mobilizado. Uma das vias para se atestar a esse processo de mobilização se dá pela análise dos espaços/posições que conferem aos indivíduos poder, mando e prestígio em relação ao meio social; ou seja, vale a inclinação analítica voltada para os grupos capazes de impactar uma coletividade com suas decisões, são esses, os grupos dirigentes, as elites sociais, profissionais e políticas.

Dessa forma, tratar do âmbito jurídico no contexto pré-republicano (1849-1889) significa a possibilidade de abarcar tangencialmente a uma esfera de poder e mando em que, a partir de suas dinâmicas constitutivas, torna reflexivamente perceptível o background de estruturação do poder em escala externa e mais ampla. Em resumo, a esfera profissional jurídica se torna uma espécie de “arena” de disputas por parte dos grupos dirigentes a fim de acessar as principais posições de mando e prestígio dentro de uma perspectiva de conservação e controle de posições de poder e influência para além do contexto profissional, que ao período da segunda metade do século XIX, se correlaciona muito significativamente aos desdobramentos a nível político e econômico evidenciados no Brasil e em Sergipe naquele momento. Trata-se, enfim, da ideia de que a ocupação de cargos prestigiosos na escala judiciária, a se dizer a elite jurídica, reflete o espectro de poder e influência num contexto externo, referente, por exemplo, às dinâmicas sociais de cunho político.

Esse conjunto de razões respaldam a pertinência em se analisar a constituição do fenômeno do “bacharelismo”. Inclusive, o mesmo é definido por Adorno (1988) pela constatação de uma massiva predominância dos bacharéis, sobretudo de Direito, na vida pública do país entre o final do século XIX e início do século XX. Esses bacharéis, mais exatamente, ocupavam e disputavam maioria dos postos dentro do Estado de forma a notabilizar o exercício burocrático até mesmo em funções que lhes fugiam à habilidade específica da formação superior, ou seja, invariavelmente adentravam a esfera do Estado exatamente porque a titulação acadêmica era compreendida como um trunfo que os distinguia eficientemente do restante da população, na proporção em que, por exemplo, 89% da população sergipana era analfabeta ao final do século XIX (NUNES, 2006; LIMA, 2016). Isso implica constatar que “ser bacharel” nesse período é fator de distinção, um trunfo que reflete o lado daqueles que são “capazes” de gerir a máquina pública em contraposição àqueles que são tidos como “incapazes” de exercer essa mesma função.

Vale complementar que para além do autor acima mencionado, o qual referencia mais decididamente o termo “bacharelismo” ao fenômeno destacado, outros trabalhos atestam ao mesmo conjunto de características, ainda que não façam um uso mais extensivo da nomenclatura. São os casos das produções de Nunes (2006) e Dantas (2009) em se tratando de produções regionais e de Lewin (1987) e Carvalho (1996) em se tratando de trabalhos a nível nacional. Nesses termos, tratar do fenômeno social do bacharelismo é necessariamente estar a analisar um tipo de fenômeno notavelmente marcante da virada do período monárquico para a república e que pode traduzir desde mudanças substantivas a nível social e político, que respaldam sua constituição, como também, pode representar o *locus* de interlocução entre um espaço profissional e a política.

Enfim, a subsequente análise sócio-histórica das condições sociais e políticas que viabilizaram a consolidação do título de bacharel enquanto trunfo para acesso de cargos de chefia, poder, mando e prestígio, sobretudo no espaço jurídico, deverá dar conta preliminarmente da visualização do processo constitutivo do judiciário e sua elite profissional num momento pré-republicano (1840-1899) em que se destaca concomitantemente a emergência do fenômeno do bacharelismo como ferramenta de tradução das interlocuções que eram possíveis de serem empreendidas entre o espaço profissional jurídico e a política. De modo posterior à análise sócio-histórica

serão apreendidas as trajetórias biográficas de três bacharéis que se destacarão nesse momento enquanto membros da elite jurídica sergipana, eles serão a ponte exemplificativa para melhor clarificar o aspecto referente à tentativa de conservação de poder social por parte das elites sociais sergipanas na arena de disputas no espaço jurídico. Nesse caso, será investigada a forma como se estruturara o “poder” em Sergipe, partindo para tal, do exame dos indivíduos que o detém.

## **1. CAPÍTULO I – ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO JUDICIÁRIO SERGIPANO E DAS CONDIÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS EM SERGIPE (1840-1899)**

A compreensão da formatação do judiciário sergipano no período oitocentista só pode ser operada mediante a verificação da organização da justiça a nível nacional e com a compreensão mais ampla das condições políticas que estavam atreladas à realidade sergipana naquele período, isso em razão do fato de que a formatação de uma alta corte jurídica essencialmente sergipana só se dera com a independência política de Sergipe em relação à Bahia e com a implementação dos moldes republicanos à organização do judiciário operada em 1889. Dessa forma, perscrutar as condições atinentes à gênese da justiça sergipana oitocentista é necessariamente abarcar, por um lado, a referida questão da organização da justiça a nível nacional e, por outro lado, compreender especificamente os meandros das dinâmicas políticas entremeadas à consolidação do Estado sergipano. Nessas condições darei seguimento às atribuições sócio-históricas aqui já referidas buscando tratar concomitantemente os aspectos referentes ao judiciário e ao âmbito político.

A começar pelas disposições mais amplas quanto aos modos de organização do judiciário nacional no século XIX, é possível constatar que a constituição outorgada pelo monarca brasileiro em 1824 definiu as bases de como seria operado o judiciário por todo este século. De maneira específica, significou a formalização da independência dos Poderes de Estado, ou seja, o Judiciário teve seu status elevado a um poder de Estado e consequentemente ganhava maior notabilidade e autonomia, ainda que essa última fosse relativa, haja vista a coexistência do Poder Moderador que facultava ao monarca brasileiro a possibilidade ou não de nomear, transferir ou suspender os magistrados a comporem as instituições judiciais (SADEK, 2010a;

CARVALHO, 1996; BARRETO, 2004). Também estabeleceu a criação e composição da primeira instância judicial por Juízes e Jurados, bem como estabeleceu a formação de Tribunais da Relação na condição de tribunais de segunda instância em cada uma das próprias províncias, e também constituiu o Supremo Tribunal de Justiça na capital imperial brasileira (LIMA, 2016).

Algumas reformas no judiciário foram operadas durante o decorrer do século XIX ainda que essas não alterassem substancialmente a formatação do judiciário neste período. Mais exatamente, como coloca Mathias (2009), em 1842 é operada uma primeira reforma que em suma acompanhara as mudanças a nível político dado o início do segundo reinado no Brasil. Particularmente as mudanças se operaram no sentido de:

“As alterações introduzidas com a reforma em destaque: a) tanto no município da corte (o município neutro, criado pelo ato adicional de 1834) quanto nas províncias, foi criado o cargo de chefe de polícia (juntamente com os de delegados e subdelegados), que seriam nomeados, respectivamente, pelo Imperador (os cargos referentes ao município da corte), ou pelos Presidentes de Província, os chefes de polícia, que deveriam ser escolhidos dentre os desembargadores ou juízes de direito; já os delegados e subdelegados, dentre quaisquer juízes e (ou) cidadãos outros. Os ocupantes seriam amovíveis e não poderiam declinar da nomeação; b) as atribuições dos juízes de paz ficaram restringidas, sendo transferidas, para as autoridades policiais, funções não só de natureza propriamente policial, como algumas de caráter judiciário; c) foi alterada a forma de provimento de cargos de juízes municipais e de promotores, com novas condições para a investidura, com a dispensa de propostas das câmaras municipais; d) os juízes de direito passaram a ter atribuições mais amplas e, e) foram abolidos o primeiro conselho de jurados ou júri de acusações e as juntas de paz, pela lei de 3 de dezembro de 1841 e, não tardou o advento de projetos objetivando algumas alterações na organização judiciária em destaque” (MATHIAS, 2009, p. 199-200).

Como descrito, a reforma na arrumação jurídica pautou uma maior correspondência das atividades dos juízes de primeira instância à competência essencialmente jurídica e não mais policialesca como era antes realizada. A emergência dos tribunais de segunda instância, os chamados Tribunais da Relação, seriam, portanto, o espaço correspondente às atividades dos desembargadores (juízes de segunda instância), os quais eram as figuras responsáveis pela administração judicial ao nível da província. Importante ressaltar esse aspecto, visto que em Sergipe as figuras dos desembargadores não estavam coligadas diretamente à estrutura jurídica sergipana, e esse fator resguarda um componente político muito específico, relativo ao processo de independência de Sergipe junto a Bahia.

Apesar de ter sido realizada em 1820, a independência sergipana em relação à Bahia não significou uma imediata autonomização dos aparatos burocráticos em Sergipe, apenas em 1889, ou seja, sessenta e nove anos depois de proclamada a independência política sergipana é que efetivamente o Poder Judiciário sergipano deixara de ser subordinado à segunda instância jurídica baiana, representada àquele momento na figura dos desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia. Esse período que compreendeu praticamente todo o século XIX se caracterizou, em Sergipe, por uma tímida organização judiciária e um processo contínuo de interiorização e institucionalização de pequenas comarcas e tribunais de primeira instância pelo território sergipano; perspectiva essa que basicamente acompanhava o aumento da densidade demográfica das unidades populacionais as quais paulatinamente demandavam um maior número de órgãos judiciais para direcionar as demandas no âmbito jurídico. Houve nesse turno, por exemplo, a criação de comarcas nos povoamentos de Laranjeiras em 1836, de Maroim em 1854, de Japaratuba em 1875 e a de Boquim em 1881 (BARRETO, 2004).

Apesar dessa particular situação a nível local, em âmbito nacional pôde-se atestar também à formulação de algumas esferas institucionais ligadas à justiça como é o caso do Conselho de Estado em 1841, cuja função primordial era a de servir enquanto órgão consultivo ao monarca brasileiro em matérias referentes a litígios jurisdicionais entre autoridades administrativas; e a criação do Código Comercial do Império em 1850. Contudo, apenas em 1871 é que será experimentada uma mudança mais significativa dos modos de organização do poder judiciário, mudança essa que inclusive servira de base para o processo de transição política operada da monarquia à república dezoito anos depois, pelos idos de 1889 (BARRETO, 2004; LIMA, 2016). A reforma de 1871 se caracterizou, sobretudo, por definir novas regras para prisão preventiva, para fiança, para *habeas corpus* e para o inquérito policial, como também significou “uma conquista liberal e afirmou a operosidade e a competência de uma geração de parlamentares” (PINTO apud MATHIAS, 2009, p. 204-205).

Exatamente nesse ponto em que vale destacar preliminarmente a pertinência de visualização das simbioses entre as dinâmicas do universo político junto à formatação do próprio judiciário. Ao que se observa, a particularidade sergipana em não deter de uma estrutura jurídica “completa” (por assim dizer, edificada pela composição concomitante de uma primeira e uma segunda instância jurídica) só faz

sentido em ser devidamente compreendida ante às próprias condições políticas em que o Estado estava inserido no decorrer do século XIX. Nesse caso, é tomado por pressuposto o que foi descrito quanto ao relativo processo de independência em relação à Bahia, o qual efetivamente só se consolidara quando do advento da República em 1889.

Interessa avaliar que a marca do processo de institucionalização dos tribunais de primeira instância foi correlata à própria modernização da sociedade sergipana, a qual, ainda que estivesse a ocorrer a passos lentos, naquele período se traduzia numa ampliação de 176.243 para 310.926 habitantes no território sergipano e na mudança da capital sergipana de São Cristóvão para Aracaju em 1855, com vistas a facilitar o acesso ao mar e portanto garantir melhor escoamento e exportação dos artigos produzidos internamente. A matriz econômica local, contudo, ainda estava fortemente assentada na produção açucareira apesar de terem sido notabilizadas algumas experiências econômicas alternativas, como o caso do surto algodoeiro por volta de 1860, que em certa medida significou uma produção total de 50% de tudo que era produzido na Província (NUNES, 2006; DANTAS, 2009). De qualquer forma o açúcar continuava a ser o “único gênero que avulta na renda da província” (NUNES, 2006, p. 26); os métodos arcaicos aplicados na produção e a necessidade do emprego de aparelhos aperfeiçoados se antagonizavam ante a falta objetiva de capitais para sua aquisição.

Nesse passo, a decadente matriz econômica não só afetava diretamente a própria composição do poder das elites locais como também representava uma falta de total autonomia sergipana ante o poderio baiano, pois como descreve Nunes (2006), mesmo depois de quase trinta anos de realizada a emancipação política, continuava vigente a lei de 20 de outubro de 1823 que em seu artigo 24 determinava o envio de mercadorias de “portos secos” para os “portos francos”, fato esse que forçava sobremaneira a continuidade de uma dependência econômica sergipana em relação à Bahia, visto que os sergipanos não dispunham de uma infraestrutura para categorizar os seus artigos produzidos para um “porto franco”. Ou ainda, a tentativa de modernização da infraestrutura econômica, a exemplo da mobilização realizada para a criação do Instituto Sergipano de Agricultura em 1860 - que tinha por finalidade melhorar as condições agrícolas e industriais na economia canavieira -, esbarrava nas discordâncias individuais que à época em muito prejudicou o desenvolvimento dessa instituição (NUNES, 2006). Nesse quadro, a alternativa adotada pelas elites para



manutenção de seu status e poder passa a repousar na figura dos bacharéis. Esses grupos se viam obrigadas a ter de diversificar seus trunfos para acesso à burocracia estatal, haja vista que o fator econômico por si só comprometia certa pujança nas disputas pelo acesso, controle e dominação dos espaços de poder e mando dentro do Estado.

A partir disso, o fenômeno do “bacharelismo” passa a corresponder a uma reação, uma possibilidade de diversificação, uma via de reconversão de recursos sociais por parte das elites sociais para utilização num contexto de disputas pelos espaços de poder. Ou como explica Karady (2015), períodos de “transição política” notabilizam as tentativas de conservação social por parte das elites sociais, ou seja, desses períodos podem ser notadas reflexivamente as estratégias de acesso e consagração profissional enquanto resíduos das tentativas de conservação por parte de grupos dirigentes num contexto político. Tal linha de raciocínio remete, em resumo, à descrição lançada anteriormente na introdução deste artigo de que a esfera profissional jurídica se torna uma “arena” de disputas entre os grupos de elite a fim de preservar/conservar suas posições prestigiosas e de influência no mundo social e que, nesse caso, o bacharelismo se apresenta como uma possibilidade de diversificação dos trunfos possíveis de serem acionados nessas disputas.

Vale complementar essa perspectiva de “transição política” apontando a períodos muito notáveis no século XIX, o primeiro referente ao segundo reinado que se iniciou em 1840 em meio a um conjunto de grandes tensões políticas - que inclusive se traduziu em Sergipe na Revolta de Santo Amaro (1836) por conta dos desequilíbrios de poder na esfera nacional e local que viabilizaram os confrontos faccionais e a emergência da revolta (LIMA, 2016); e o segundo período de transição a ser aqui assinalado diz respeito à transição da monarquia para a república em 1889 que marca tanto os rearranjos burocráticos a nível nacional e local, como também denotou uma nova condição na conjuntura de disputas pelo poder político – que em Sergipe se traduziu nos confrontamentos entre os republicanos clássicos (conhecidos como “pebas”) e os antigos políticos da ala monarquista que aderiram ao movimento republicano (conhecidos como “cabaús”) no final do século XIX.

Importante destacar esses dois processos de transição exatamente porque neles é que o fenômeno do bacharelismo se fará mais presente e operante. Tais transições refletem o pano de fundo dos desequilíbrios atinentes à questão do poder,

ou seja, as novas formatações de disputas políticas que em Sergipe estavam coligadas mais especificamente à perspectiva da decadência da matriz econômica e à mudança nos rearranjos das disputas políticas por conta da abertura ofertada pelos processos de “transição política” aqui mencionados - seja pelo advento do segundo reinado ou pela transição monarquista para o modelo republicano –, eram fatores sintomáticos para a evidenciação desses desequilíbrios.

A lógica aqui apresentada permite aferir, portanto, que a pertinência de análise mais específica do universo jurídico repousa exatamente na possibilidade de evidenciação das disputas dos grupos dirigentes em tentar acessar e controlar um espaço de poder no aparato burocrático do Estado, nesse caso, sob a condição de preservação/conservação de influência e poder social haja vista o quadro de decadência da matriz econômica e dos novos arranjos políticos nacionais e locais. Vale complementar a esse prognóstico que a literatura no âmbito da sociologia das elites e das profissões respaldam a problemática apresentada, na medida em que sugerem que os modos de mobilização de trunfos/recursos sociais são um caminho para compreensão das “vias” por onde o elemento do “poder” flui.

Mas retomando o quadro sócio-histórico em consonância com a disposição da pertinência de análise de um espaço de poder como o judiciário, vale destacar o que significava a inserção para grupos de elite na esfera profissional jurídica, para tal Carvalho (1996) assinala que:

“Uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para leva-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura. Como o sistema judicial era centralizado, todos os juizes eram nomeados pelo ministro da Justiça. Logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município” (CARVALHO, 1996, p. 108).

O fragmento apresentado é significativo para compreensão de dois componentes. O primeiro é o de que o recrutamento para a esfera jurídica necessariamente perpassava pelas redes de influência política estabelecidas entre um agrupamento familiar junto ao poder central; o segundo componente a ser destacado é o de que a primeira experiência profissional de um bacharel em Direito se dava por cargos no Estado, haja vista a falta de um mercado jurídico liberal consolidado. Em resumo, a esfera profissional jurídica tem sua lógica pautada nas imbricações políticas e redes de influência constituídas e, também, na necessidade

de engendramento de um “mercado” primevo associado à capacidade de assimilação do aparato burocrático do Estado. Ou seja, vale afirmar que o período monárquico em sua extensão pelo século XIX foi vital na constituição e estruturação do espaço profissional jurídico.

Dentro do prognóstico lançado que basicamente denota à necessidade de uma simbiose entre o espaço profissional jurídico (no que tange a sua própria sobrevivência por conta da falta de um mercado liberal consolidado) e a política (no que diz respeito à necessidade de diversificação dos trunfos sociais por parte das elites a fim de conservar seu poder e influência), vale dispor das informações mais objetivas com relação ao surgimento do fenômeno do bacharelismo. Nesse caso, tanto Nunes (2006) quanto Dantas (2009) vão apontar que os bacharéis surgirão mais significativamente na vida pública sergipana a partir de 1840 (exato momento em que se atesta a agitações políticas em virtude do vácuo de representatividade do poder até o início do segundo reinado no Brasil) e os mesmo apresentarão formações não tão distintas, eram esses em sua maioria bacharéis de Direito e alguns poucos casos possuíam formação na área da Medicina.

Nunes (2006, p. 51) inclusive afirma que “a partir de 1840 os bacharéis e médicos começam a integrar a Assembleia Provincial, substituindo os coronéis, seus parentes”, ou seja, em certa medida a autora sergipana respalda ao pressuposto da diversificação dos trunfos sociais, pois ser coronel não era mais uma condição *sine qua non* para controlar e acessar eficientemente os espaços de poder no Estado sergipano. Vale citar o exemplo do antigo coronel Sebastião Gaspar de Almeida Botto, o qual empreendera uma campanha eleitoral muito vitoriosa na legislatura de 1852. O mesmo conseguiu eleger para a Assembleia Provincial “a maioria dos Deputados, 17 jovens bacharéis dos 20 que a compunham” (NUNES, 2006, p. 118). Na legislatura de 1872/1873, os bacharéis já correspondiam a 19 deputados Provinciais dos 24 possíveis de assumir a função eletiva (NUNES, 2006).

Fica então patente que a elite letrada passara a substituir a representação política da província na figura dos coronéis. Os bacharéis ocupavam desde cargos eletivos até cargos dirigentes na estrutura burocrática, pois muitos deles, por exemplo, além de Deputados também foram chefes de polícia, juízes de Direito e até Desembargadores (BARRETO, 2004) – inclusive as trajetórias biográficas que deverei lançar no capítulo subsequente apresentarão esse padrão de ocupação de cargos

dirigentes muito mais claramente. Vale também dizer que as instituições educacionais brasileiras que mais frequentemente formavam esses indivíduos eram: a Escola de Medicina da Bahia e as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo.

Mas para além da ideia de diversificação de trunfos sociais, de maneira objetiva os bacharéis carregavam uma notabilidade em relação a suas habilidades apreendidas. A exemplo da boa oratória e da articulação intelectual, esses indivíduos também podiam carregavam um estigma de que eram “capazes” de gerir a máquina pública com competência, antagonizando então um elemento muito marcado da vida social brasileira no que diz respeito à sua marcante desigualdade social, mas que sobretudo em Sergipe, mais ou menos o final do século XIX, detinha de uma massa populacional de 89% de analfabetos (NUNES, 2006). Isso implica muito notadamente a ideia de que ser bacharel, independentemente da área cursada, era evidentemente um trunfo de total distinção e que poderia ser amplamente acionada nos contextos de disputa pelo poder. Quer dizer, os bacharéis eram representativos de um simbolismo que inculcava o lado dos “capazes” em contraposição ao lado dos “incapazes” de gerir a máquina pública, fato esse que lhes prestava facilmente certa legitimidade no exercício dos cargos que agregavam mando e poder. Eram, como sinteticamente apontou Carvalho (1996), uma ilha de letrados num mar de analfabetos.

Todos esses arranjos e simbioses podem ser resumidos pelo quadro apresentado em Lima (2016, p. 37), enfim, da seguinte maneira:

POLÍTICA	Uso da titulação acadêmica para disputa no mundo político e acesso a posições importantes no Estado, dadas as condicionantes históricas.	Bacharelismo como estratégia de preservação das elites imperiais.
PROFISSÃO	Uso da política como elemento de visibilidade e consagração, bem como, a possibilidade de estruturação profissional por intermédio do Estado.	Espaço que proporciona a aprendizagem de habilidades que podem ser incorporados na esfera política.

Apresentada a discussão mais ampla sobre as condições sociais e políticas que viabilizaram a consolidação do título de bacharel em Direito enquanto importante trunfo para reprodução e conservação das elites sergipanas na segunda metade do século XIX, vale por agora representar especificamente a partir das trajetórias biográficas de três bacharéis que se notabilizaram no período de transição da monarquia para a república - nesse caso as figuras de Homero de Oliveira, Gumersindo Bessa e Guilherme de Sousa Campos - como se operava as interconexões entre o espaço profissional jurídico e a política numa perspectiva fática, ou seja, tendo por base tanto a descrição sócio-histórica empreendida nesse capítulo, como também os elementos referentes à dimensão individual das trajetórias desses indivíduos.

## **2. CAPÍTULO II – BACHARELISMO E TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS DOS GUMERSINDO BESSA, HOMERO DE OLIVEIRA E GUILHERME DE SOUZA CAMPOS**

Como já abarcado anteriormente, a consolidação da independência de Sergipe só se deu efetivamente com a proclamação republicana em 1889 e o consequente rearranjo federativo do Brasil. Tal condição implicou a reestruturação do aparato judicial sergipano, que antes delegado ao julgo da segunda instância baiana, ou seja, na representação do Tribunal da Relação da Bahia e seus desembargadores, agora poderia efetivamente consolidar seu aparato jurídico implementando um Tribunal de Justiça efetivamente sergipano. Esse processo só foi possível pela determinação do princípio republicano de que os Estados da federação teriam o encargo de reorganizar a sua própria estrutura jurídica. Para tal, era imperativa a elaboração de uma Constituição que respaldasse os princípios republicanos emergentes e que rearrumasse a burocracia para o emergente modelo político, e tudo isso demandava tempo para conciliação de um texto constitucional.

Nessas condições, as assembleias constituintes são formuladas para dar cabo a essas determinações republicanas, mas antes que fosse colocada à votação o texto constitucional definitivo, era necessário implementar um texto transitório. Exatamente nesse quadro absolutamente político é que bacharéis como Homero de Oliveira,

Gumersindo Bessa e Guilherme de Souza Campos se destacarão, pois os mesmos traduzirão muito evidentemente as interlocuções entre o espaço jurídico e espaços de poder neste contexto de transição política. A se destacar primariamente, o até então Deputado, mas futuro desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, Homero de Oliveira, ficou encarregado de formular a Constituição provisória que teria validade até a composição de uma assembleia constituinte para deliberar sobre o texto constitucional definitivo do Estado sergipano. Seu escrito definia, em perspectiva ampla, a independência dos Poderes de Estado e competência exclusiva do exercício das funções jurídicas pelo Poder Judiciário.

No andamento das disputas dos projetos de constituição que viriam a substituir o texto provisório de Homero de Oliveira, a proposta de Gumersindo Bessa – até então Deputado e também futuro desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe - ganha a acirrada disputa e consegue instituir em assembleia seu texto como a primeira Constituição sergipana. Seu projeto previa que o Poder Judiciário seria exercido por “um Tribunal de Apelação, um Juíz de Direito em cada Comarca, quatro Juízes de Paz em cada Termo, pelo Júri em cada Termo, em matéria criminal e seria composto de cinco magistrados, tirados dentre os Juízes de Direito do Estado” (BARRETO, 2004, p. 32). Vale destacar que o próprio Gumersindo se postou a frente da nascente segunda instância jurídica sergipana, portanto, foi o primeiro presidente da instituição. Contudo, as agitações políticas no contexto nacional, ou seja, quando da deposição de Deodoro da Fonseca da presidência republicana, refletiu-se sobremaneira na estabilidade de Gumersindo à frente da instituição visto que ele era respaldado por uma base política apoiada nacionalmente em Deodoro da Fonseca; portanto, a queda do marechal significou também sua derrocada no cargo, sobretudo quando uma junta governativa anunciou a dissolução do texto constitucional de sua autoria.

O Poder Judiciário, nesse quadro, volta às disposições transitórias elaboradas por Homero de Oliveira. Uma nova constituinte é convocada e dela é definida o novo texto constitucional do Estado e, conseqüentemente, é anunciada a nova composição judiciária da segunda instância sergipana. Exatamente nesse período é que Guilherme de Souza Campos ganha notabilidade, primeiro por conta de sua indicação como mais novo integrante da alta corte de justiça sergipana, segundo por conta de seu background político; o apoio político quase irrestrito de seu irmão Olímpio de Souza Campos (que presidira a assembleia constituinte que sobrepôs o anterior

arrumação institucional na determinação de Gumersindo Bessa) foi decisiva em sua ascensão profissional e na sua futura empreitada política enquanto Presidente do Estado de Sergipe.

O ânimo em se ter destacado todos esses condicionantes políticos entremeados ao processo de transição política da monarquia para a república no ano de 1899, repousa no fato de que, a partir desse quadro mais amplo, destacar as vinculações entre o peso da formação acadêmica com a política fazem maior sentido, pois basicamente tais indivíduos aqui destacados são posicionados nesse processo sócio-histórico, ou seja, se alia o quadro macro-histórico com aquele referente à trajetória individual. Destaco desde já que é perfeitamente possível extrair padrões nessas trajetórias que podem traduzir tanto um perfil do primeiro corpo de magistrados do período republicano, como também, permite compreender mais amplamente como era operacionalizada as interlocuções entre o judiciário e a política no contexto do século XIX; vejamos, enfim, tais biografias de modo mais detido:

BACHAREL	VERBETE BIOGRÁFICO
Gumersindo Bessa	Nasceu no ano de 1859, no município de Estância. Filho de Urbano Joaquim da Soledade e Francisca Carolina de Araújo Bessa. Coursou a Faculdade de Direito de Recife, bacharelando-se no ano de 1885. Ao retornar a sua terra natal, foi nomeado promotor público da comarca de São Cristóvão, cargo que exerceu até 1886. Posteriormente, em 1891, ocupou os lugares de Juiz de casamentos, Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação do Estado, sendo dissolvido do cargo por conta da já referida Junta Provisória. Ainda foi Chefe de Polícia no ano de 1894, mas se elegera Deputado Provincial na última legislatura do antigo regime e repetira o feito com nova legislatura em 1909. No universo da advocacia era bastante prestigiado, chegando a ser convidado, dado o renome de sua vasta erudição jurídica, pelo Conselheiro Carlos Antonio da França Carvalho a reger a cadeira de direito criminal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.
Guilherme de Souza Campos	É o irmão mais velho de Olímpio de Souza Campos, nasceu no Engenho Periquito, no município de Itabaianinha (SE), no ano de 1850. Coursou a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se no ano de 1871 no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Iniciou a carreira profissional como promotor público na Comarca de Lagarto, no ano de 1872. No ano seguinte, atuou como juiz municipal de Jeremoabo (BA). Posteriormente atuou como juiz de Direito da Comarca do Riachão (MA), nos anos de 1887 e 1888. Também atuou como chefe de polícia do Espírito Santo, no ano de 1889. Retornou a Sergipe na vigência da república, de forma a Comarca de Lagarto enquanto juiz de Direito, entre os anos de 1890 e 1892. Atuou como deputado em dois mandatos, pelos anos de 1872-1873 e 1878. Em virtude da dissolução do primeiro quadro de desembargadores de Sergipe, conseguiu nomeação com o processo de reformulação. Tornou-se desembargador em 1892, sendo que, depois da gestão do Desembargador

	João Batista da Costa Carvalho como Presidente do Tribunal de Relação, Guilherme de Souza Campos tornou-se foi eleito para chefiar o Poder Judiciário do Estado de Sergipe, no ano de 1895.
Homero de Oliveira	Nasceu em Recife (PE), no ano de 1858, contudo, viveu maior parte da sua vida em Laranjeiras (SE). Filho de Domingos de Oliveira Ribeiro e Helena Freitas Ribeiro, seus primeiros anos de vida na capital pernambucana só aconteceram por conta dos estudos em Direito de seu pai, o qual inclusive bacharelou-se ainda no ano de 1860. Depois desses dois anos a família Oliveira Ribeiro retorna para o município sergipano de Laranjeiras. Bacharelou-se no Recife, na turma de 1879. De volta a Sergipe, advogou, foi promotor em Aracaju, e, com a Proclamação da República, ingressou na política, como candidato a Deputado estadual, à Assembleia Constituinte de 1891. Foi o Relator do Projeto de Constituição do Estado de Sergipe, promulgada, provisoriamente, em 1890. No ano de 1891, ingressou na magistratura do estado de Sergipe, assumindo como Juiz de Direito a Comarca do Rio Real, sendo removido, em 1896 para Gararu. Posteriormente é lotado na Comarca de Capela, passando depois pelas Comarcas de Laranjeiras (1897) e de Maroim (1898), para ser nomeado desembargador, em 1899, tomando posse. De logo foi nomeado Procurador Geral do Estado, tomando posse em 1900. Com a aposentadoria do desembargador José Sotero Vieira de Melo, que estava no exercício da presidência até 1908, Homero de Oliveira foi eleito Presidente do Tribunal de Relação, em 1908, sendo reeleito em 1909.

\*As informações biográficas aqui exibidas foram todas extraídas da série biográfica de autoria do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe (2008)

Da disposição das informações biográficas dessas três figuras torna-se possível constatar que, primeiramente, todos esses magistrados atenderam a um padrão nas suas trajetórias acadêmicas, formaram-se na Faculdade de Direito de Recife. De acordo com Adorno (1988), a formação acadêmica no Recife tinha como característica principal uma sobreposição dos aspectos mais claramente políticos em relação a um aprendizado centrado apenas na técnica jurídica, nesses termos, as habilidades apreendidas por esses indivíduos não se limitam ao espectro profissional, portanto não são apenas aprendizes das técnicas jurídicas, mas são também, aproveitando a expressão de Adorno (1988), “aprendizes do poder”.

Esse padrão de formação acadêmica também evidencia um tópico referente à origem social dos indivíduos. Num período em que se descreve que 89% da população estadual era analfabeta (NUNES, 2006), deter de um título acadêmico ou ainda cursá-lo em outra localidade denota em certa medida ao poder econômico familiar que esses indivíduos dispunham. No caso de Homero de Oliveira é possível destacar a formação advocatícia de seu pai; já no que diz respeito a Guilherme de Souza Campos, nota-se sua filiação com o coronel José Vicente de Sousa e o deputado Olímpio de Souza



Campos (que também chegou a se tornar Presidente de Estado e Senador). Ou seja, eles são membros de famílias abastadas e, como no caso de Guilherme Campos, com fortes redes de influência política.

Vale também destacar que as trajetórias profissionais desses indivíduos respaldam a perspectiva anteriormente lançada de que a inserção no aparato burocrático do Estado era o primeiro estágio de uma experiência profissional. Era de competência do Estado a assimilação e fomentação de um “mercado primevo” para esses profissionais. Importante pontuar também que esse primeiro corpo de magistrados de segunda instância sergipana terão uma prévia e direta filiação política, pois como se descreve, Homero de Oliveira foi deputado em 1891 e tornou-se desembargador apenas em 1899; Guilherme de Souza Campos se inseriu na política em 1878 e tornando-se desembargador em 1892; Gumersindo Bessa, por seu turno, tornou-se deputado em 1891 e no mesmo ano foi desembargador e presidente da instituição. Mais notadamente Homero de Oliveira e Gumersino Bessa terão ascensão ao judiciário sergipano quando da militância dos mesmos na promoção dos seus respectivos textos constitucionais.

Em resumo, o conjunto de características das figuras aqui destacadas demonstram amplamente que as simbioses entre a política e o judiciário se operavam de maneira muito clara na segunda metade do século XIX. E diante do contexto de transição política (em que se ampliam as margens de ascensão de grupos diversos ao poder do Estado) e de decadência da matriz econômica local, a diversificação da zona de influência das elites é reoperada ante um uso político da titulação acadêmica. O bacharelismo, ou seja, a inserção maciça dos bacharéis na vida pública, será a marca da mudança de representatividade dos coronéis para a figura dos bacharéis, haja vista que o conjunto de habilidades e as possibilidades de distinção simbólica (na ideia daqueles que são “capazes” ou “incapazes” de gestar a máquina pública) serão elementos que denotarão um novo modo de mobilização de “poder” por parte desses grupos e indivíduos. Nesse sentido, as trajetórias biográficas de Gumersindo Bessa, Homero de Oliveira e Guilherme de Souza Campos apenas atestam, num contexto fático, que o perfil dos primeiros magistrados sergipanos está assentado numa interlocução entre o espectro político e profissional, notabilizando-os, portanto, enquanto uma elite político-jurídica (LIMA, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

A proposta mais geral desse artigo esteve centrada numa tentativa de examinar as condições sociais e políticas que denotaram a consolidação do título de bacharel em Direito enquanto um recurso/trunfo social traduzido na reprodução e conservação das elites sergipanas na metade do século XIX. Para dar conta dessas pretensões, foi estabelecido um mapa dos processos sócio-históricos que melhor significaram a constituição de um espaço profissional como o judiciário e suas simbioses com espaços de poder, tal qual a política.

Mais especificamente, ficou evidente que o processo de formação do judiciário sergipano no século XIX esteve intimamente interligada aos contextos políticos subjacentes à consolidação do Estado sergipano. A partir desses períodos de transição política e de marcada decadência da matriz econômica estadual, o apelo a diversificação das estratégias de acesso aos espaços dirigentes variou. Ao que se constatou da formatação do judiciário, os indivíduos mais notáveis a compor o primeiro corpo de magistrados da alta corte sergipana mantinham como padrões o local de formação acadêmica, a origem social abastada e o trânsito pelas instâncias burocráticas do Estado como primeira experiência profissional e isso, aliado ao panorama de inserção dos bacharéis na política que se iniciou em 1840, respaldam a tese central desse artigo de que o bacharelismo serviu como um componente de conservação social das elites sergipanas durante o século XIX.

Enfim, esse conjunto de considerações sobre o bacharelismo jurídico sergipano no século XIX ajudam a notabilizar as estratégias de mobilização de poder e conservação social de grupos dirigentes. Também contribui para a visualização de que o poder, a política e o Direito fazem parte de um “todo”, ou seja, não se constituem como esferas desgarradas do mundo social, mas que pelo contrário, podem muito bem manter claros elos entre si. Talvez as indagações e possíveis provocações lançadas nesse artigo sirvam para se pensar o contexto político mais contemporâneo, no que tange sobretudo às teias de possibilidades e formas de conservação social que partem dos grupos de elite, ou seja, em que se preze analisar os modos de mobilização de poder dos grupos e indivíduos capazes de controlar o meio social em contextos de crise ou transições políticas.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 219, 1988.
- BARRETO, Luiz Antônio. **A História do Poder Judiciário em Sergipe**. Tipografia Editorial, Sergipe, pp. 191, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. UFRJ, Relume Dumará, Rio de Janeiro, pp. 435, 1996.
- DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909). O patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Criação, Sergipe, pp. 480, 2009.
- Dicionário Biográfico dos Desembargadores do Poder Judiciário de Sergipe (1892-2008)**; Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, Sergipe, 2015.
- KARADY, Victor. **A conversão socioprofissional das elites: dois casos históricos na Hungria**. In: Repocs, EDUFMA, Maranhão, n.23, p. 19-37, 2015.
- LIMA, Arthur Ives. **Facções e Afetações – Processo de redefinição do judiciário e da política sergipana no século XIX (1836-1892)**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFS, São Cristóvão, pp. 69, 2016a.
- MATHIAS, Carlos Fernando. **Notas para uma história do Judiciário no Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão, p. 159-233, 2009.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II: (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- SAINT-MARTIN, Monique de. **Da Reprodução às Recomposições das Elites: As Elites Administrativas, Econômicas e Políticas na França**. In: TOMO, UFS, Sergipe, v.13, p. 43-74, 2008.
- SADEK, Maria Tereza. **A Organização do Poder Judiciário no Brasil**. In: Uma introdução ao estudo da justiça. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 1-16, 2010a